

## **DECISÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO – EDITAL Nº 90052/2024**

**Objeto:** Contratação de serviços técnicos especializados em Tecnologia da Informação (TI) para operação e administração de uma Central de Serviços (Service Desk), cobrindo atendimentos de 1º, 2º e 3º níveis, tanto na sede em Brasília quanto nas 16 Superintendências Regionais e no PISF.

### **OBJETIVO**

Analisar o recurso apresentado pela empresa QUALIFICAR – GESTÃO TERCEIRIZADA DE SERVIÇOS CORPORATIVOS E TECNOLOGIA EIRELI, CNPJ nº 04.752.792/0001-01, contra a decisão proferida pela Comissão de Licitação que habilitou a proposta da empresa CONNECTCOM TELEINFORMATICA COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ nº 00.308.141/0009-23, para o item 01 do Edital 90052/2024.

### **CONTEXTUALIZAÇÃO**

Trata-se do Edital nº 90052/2024 – Pregão Eletrônico, cujo objeto é Contratação de serviços técnicos especializados em Tecnologia da Informação (TI) para operação e administração de uma Central de Serviços (Service Desk), cobrindo atendimentos de 1º, 2º e 3º níveis, tanto na sede em Brasília quanto nas 16 Superintendências Regionais e no PISF.

A proposta da empresa CONNECTCOM TELEINFORMATICA COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ nº 00.308.141/0009-23, para o item 01 foi aceita e habilitada.

Tempestivamente, a empresa QUALIFICAR – GESTÃO TERCEIRIZADA DE SERVIÇOS CORPORATIVOS E TECNOLOGIA EIRELI registrou intenção de recurso no sistema e, em continuidade, dentro do prazo estabelecido, encaminhou seu recurso.

A empresa CONNECTCOM TELEINFORMATICA COMERCIO E SERVICOS LTDA também registrou suas contrarrazões tempestivamente.

### **RECURSO E ANÁLISE**

Quanto ao recurso impetrado para o referido item, em suma, a Recorrente dispõe acerca de alegadas inconsistências referente a cota de PCD's e quanto à inexecuibilidade dos salários – Portaria SGD/ME nº 6.432/21.

Sendo assim, analisaremos por partes:

I – Quanto à cota de PCD's:

Em seu recurso, a empresa QUALIFICAR – GESTÃO TERCEIRIZADA DE SERVIÇOS CORPORATIVOS E TECNOLOGIA EIRELI alega que:

“Primeiro, conforme se observa nos esclarecimentos prestados na comunicação externa de nº 176/2024, há evidente contradição entre a habilitação da Recorrida, e as respostas prestadas pelo Pregoeiro aos esclarecimentos solicitados pelos licitantes, vejamos:

*“COM REFERÊNCIA AO EDITAL Nº 90052/2024 – PREGÃO ELETRÔNICO: Contratação de serviços técnicos especializados em Tecnologia da Informação (TI) para operação e administração de uma Central de Serviços (Service Desk), cobrindo atendimentos de 1º, 2º e 3º níveis, tanto na sede em Brasília quanto nas 16 Superintendências Regionais e no PISF, APÓS CONSULTA A ÁREA TÉCNICA, INFORMAMOS:*

*1. Entendemos que o cumprimento das obrigações estabelecidas no item G, que exige que os serviços sejam prestados por empresas que comprovem a observância das reservas de cargos previstas em lei para pessoas com deficiência ou reabilitados da Previdência Social, bem como a adequação às regras de acessibilidade conforme o disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, é essencial para a habilitação no presente certame.*

**R: Sim, está certo seu entendimento.**

*2. Além disso, conforme o item H, que trata da Cota de Aprendizagem nos termos do art. 429 da CLT, é fundamental que as empresas atendam a essas exigências para garantir não apenas a conformidade legal, mas também a promoção da inclusão e da responsabilidade social.*

**R: Sim, está certo seu entendimento.**

*3. Assim, consideramos que aquelas empresas que não atenderem a tais requisitos serão desclassificadas, comprometendo sua participação no processo licitatório. Poderiam, por gentileza, confirmar essa interpretação e a aplicação rigorosa desses critérios na fase de habilitação?*

**R: Sim, está certo seu entendimento.”**

Veja Sr. Pregoeiro, que claramente a Recorrida não apresenta proposta que atenda a cota PCD, e conforme dito nos esclarecimentos, a Recorrida deve ser desclassificada do certame, pois na análise da proposta apresentada, não há o preenchimento da cota inclusiva prevista no art. 93 da Lei 8.213/1991.”.

Em sua contrarrazão a empresa CONNECTCOM TELEINFORMATICA COMERCIO E SERVICOS LTDA alega que:

“...Contudo, vale gizar que, como mencionado pela própria Recorrente, o art. 63, item IV da Lei nº 14.133/2021 menciona que a mera declaração do licitante, é instrumento satisfatório para comprovar a higidez empresarial para a concorrência em certame.

Isto se deve ao fato de que a Certidão de Regularidade na Contratação de Pessoas com Deficiência e Reabilitados da Previdência Social emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego, tem caráter de transmitir a situação fática extraída do E-Social, sem considerar o Turnover de funcionários ocorrido no mês corrente.

Ademais, mister ressaltar também que a própria certidão supramencionada não possui data de validade, estando a certidão emitida à data da inscrição desta Recorrida no certame, devidamente regular, conforme consulta-se pelo código de verificação **bgSgHGXRgd81sy**, evidenciando a escorreta manutenção das contratações de Pessoas com Deficiência.” (...)

“Ademais, tanto reflete a realidade, que o próprio Tribunal de Contas da União já se manifestou favoravelmente a este raciocínio, conforme verificasse em sede de jurisprudência do respectivo órgão fiscalizador, a saber:

*“(...) Por todo o exposto, entende-se que, na fase de habilitação do certame, é suficiente a declaração da licitante de que cumpre a cota de cargos destinados a pessoas com deficiência e reabilitados da Previdência Social, sendo que no caso concreto, essa conduta está condizente com o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, tendo em vista que o Edital do PE 90014/2024*

*estabeleceu que deveria ser apresentado apenas a declaração conforme subitem 4.4.4 (peça 13, p. 4), e o princípio da legalidade, uma vez que o art. 63, inc. IV, da Lei 14.133/2021, da mesma forma, exige apenas a declaração do licitante para habilitação nos procedimentos licitatórios. (...)*

*Diante do exposto, entende-se que, durante a fase de habilitação social dos licitantes, é suficiente a declaração da empresa de que cumpre a exigência de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social e, assim, não é exigível uma análise aprofundada do pregoeiro acerca da veracidade dessa declaração, cabendo-lhe, tão somente, acatar todas as declarações, inabilitando apenas os licitantes que não apresentem a referida declaração.. (...)"*

*(TC 024.057/2024-0. Tipo: Representação Unidade Jurisdicionada: Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro. (CNPJ: 00.662.270/0003-20 e UASG: 183023))*

(...)

Oras. Se o próprio Tribunal de Contas da União ratifica a literalidade da interpretação semântica da expressão “declaração” consubstanciada no art. 63, item IV da Lei nº 14.133/2021, não cabe às Recorrentes professorar ao(a) Pregoeiro (a), tão pouco, ser esta razão da decisão que classificou esta Recorrida ao Edital.”.

Sendo assim, quanto ao tópico, segue a análise cabível:

Inicialmente, é importante ressaltar que este pregoeiro e a comissão de licitação possuem atribuições que se restringem ao procedimento licitatório, e não as que se referem aos agentes de fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego, que dizem respeito ao âmbito Justiça do Trabalho, ultrapassando a competência legal e conhecimento técnico do pregoeiro e de sua equipe de apoio. O julgamento do certame se pauta no estrito cumprimento aos princípios licitatório, tais como a legalidade, a vinculação ao instrumento convocatório e o julgamento objetivo, garantindo-se um julgamento licitatório conforme as exigências dispostas no Edital e respeitando-se a legislação vigente.

Ressalta-se ainda que nem a Lei 13.303/2016 nem o Decreto 10.024/2019, que rege o Pregão Eletrônico, exigem, para fins de habilitação no certame licitatório, declaração de cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoas com deficiência e reabilitados da Previdência Social, prevista no art. 63, IV, da Lei 14.133/2021. Portanto, tais requisitos não se aplicam às estatais.

Em consonância com essa premissa, o Tribunal de Contas da União - TCU, no Acórdão 508/2024 - Plenário, de 27/03/2024, manifestou-se no sentido de que a reserva de cargos não é exigível como requisito de habilitação em licitações realizadas por estatais, regidas pela Lei 13.303/2016.

Compreende-se, portanto, que não prosperam as alegações da Recorrente de que a Recorrida deveria ser inabilitada por não atender a essas reservas legais, visto que, conforme amplamente demonstrado, o art. 63 da Lei 14.133/2021 não se aplica aos certames da Codevasf.

Entende-se que a exigência, pela Administração, de uma certidão emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego é desprovida de amparo legal, sendo suficiente a apresentação da declaração pelos próprios licitantes quando do cadastramento das propostas no sistema do compras.gov.br.

Ademais, a matéria em tela já foi julgada e considerada improcedente em recurso no edital 90001/2024 – Codevasf - 9ª Superintendência Regional, processo nº 59504.000389/2024-41-e tendo sido e homologado pelo Superintendente Regional.

Sendo assim, considerando o relatado acima considera-se a alegação **IMPROCEDENTE**

## II – Quanto à inexecuibilidade dos salários – Portaria SGD/ME nº 6.432/21:

Em seu recurso, a empresa **QUALIFICAR – GESTÃO TERCEIRIZADA DE SERVIÇOS CORPORATIVOS E TECNOLOGIA EIRELI** alega que:

“Da mesma forma Sr. Pregoeiro, a proposta da Recorrida é inexecuível, pois apresenta salários inferiores aos **da Portaria SGD/ME nº 6.432 de 15 de junho de 2021**, pois conforme planilha de custos apresentada pela Recorrida, os salários de grande maioria dos cargos estão abaixo daqueles definidos da referida Portaria. E conforme se observa em resposta ao esclarecimento da comunicação externa 163/2024, “A portaria é referência e balizador deste processo licitatório e deverá ser seguida.”.

Os salários previstos na Portaria são obrigatórios e devem ser seguidos por todos os licitantes, não sendo uma liberalidade da Recorrida em propor valores a menor. Além disso, deve ser observada e respeitada a Convenção Coletiva de Trabalho - CCT, sendo que, caso os salários previstos na Portaria sejam menores do que os previstos na CCT, esta última deve ser aplicada, uma vez que a empresa não pode praticar salários inferiores a CCT.”.

(...)

“Neste ponto, o edital é claro quanto as comprovações dos perfis profissionais, vejamos (fl. 78): “A comprovação da participação do funcionário na execução das atividades requer o registro em sua Carteira de Trabalho ou a apresentação de contrato(s) de trabalho formalmente executados pelo funcionário. Além disso, pode ser necessária a documentação adicional que ateste de forma clara e precisa a participação do funcionário nas atividades mencionadas.”

(...)

Dessa forma, conforme estabelecido na resposta ao questionamento de uma das licitantes, fica evidente a obrigatoriedade do regime CLT, não se admitindo a forma de contratação de pessoas jurídicas:

*QUESTIONAMENTO 3: Entendemos que, serão automaticamente desclassificadas, as empresas licitantes, que em suas formações de preços, não evidenciarem que, aplicaram as remunerações mínimas definidas e admitidas, por meio das Convenções Coletivas de Trabalho – CCT (atualizadas), da categoria profissional de TIC, referentes a cada um dos municípios, nos quais, os serviços deverão ser prestados.*

*Está correto nosso entendimento?*

*Do contrário, favor explicar detalhadamente.*

**Resposta: Sim, está correto o entendimento.”**

Além disso, a proposta também é inexecuível, pois a Recorrida não apresentou a planilha no padrão (analítico), definida na Portaria SGD/MGO nº 1.070/20233, que deveria ser observada pelos licitantes, conforme resposta ao esclarecimento da comunicação externa 155/2024. Cita-se:

*QUESTIONAMENTO 2: Não se identificou no Edital – CODEVASF, o “Modelo da Planilha de Custos e Formação de Preços”. Contudo, entende-se que, a empresa declarada vencedora, deverá apresentar para cada um dos perfis profissionais, uma planilha no padrão (analítico), definido por meio da Portaria SGD/MGI Nº 1.070/2023 (Portaria SGD/MGI nº 1.070, de 1º de junho de 2023 — Governo Digital (www.gov.br)), como segue:*

*Resposta: Sim, está correto o entendimento.*

Em sua contrarrazão a empresa CONNECTCOM TELEINFORMATICA COMERCIO E SERVICOS LTDA alega que:

“Esta Recorrida encaminhou, tempestivamente, toda a documentação correlata, incluídos nesta os documentos que comprovassem sua plena e íntegra capacidade jurídica, técnica e econômica, tudo isso formando-se os itens fundamentais para a sua devida habilitação”. (...) “E com hialina certeza, a Recorrida acostumada em que é em prestar serviços de alto nível de complexidade, inclusive para todas as esferas da Administração Pública, tem total domínio, comprovada lisura e experiência em ofertar não o menor preço, mas sim “o melhor preço”, seguindo todos os critérios e parâmetros do Edital, no entanto, lado outro, o que vimos neste certame por parte das Recorrentes, foi uma tentativa de incutir entendimento contrário às regras de precificação totalmente descontextualizadas, e pifiamente argumentadas em sede recursal.

A fim de não restarem quaisquer dúvidas a respeito do quanto diligenciado, destaca-se que esta Recorrida detém uma proposta no importe de 53,82% do valor global orçado no orçamento do Edital, estando plenamente dentro dos patamares destacados na cláusula 8.1.5 do Edital, nem sequer cogitando-se qualquer tipo de item inexequível da proposta ora habilitada”.

Considerando a questão técnica apresentada no recurso da Licitante, os membros técnicos da Comissão de Licitação se manifestaram acerca da situação da seguinte forma:

“Quanto a obrigatoriedade e ou vinculação dos salários demonstrados na tabela da portaria SGD/MGI nº 1.070, de 1º de junho de 2023, ressalta-se que são apenas referenciais para a composição de valores a serem pagos. Favor observar o ANEXO II - MAPA DE PESQUISA SALARIAL DE REFERÊNCIA PARA SERVIÇOS DE OPERAÇÃO DE INFRAESTRUTURA E ATENDIMENTO AO USUÁRIO (Alterado pela Portaria SGD/MGI nº 6.680, de 04 de outubro de 2024) em seu item 4:

*“4. Os perfis e os valores salariais dos profissionais destinam-se a realização da estimativa de preços e a definição do valor de referência da contratação, e serão utilizados, na fase de planejamento da contratação, para apoio ao processo de avaliação de vantajosidade no momento da eventual prorrogação contratual e para definição das quantidades mínimas previstas nas ordens de serviço durante a execução contratual.”.*

Os Valores de salários indicativos na Portaria SGD/MGI nº 1.070, de 1º de junho de 2023, utilizado na preparação de todos as peças deste processo de contratação de servicedesk / Helpdesk, são de referência, conforme discorre na própria portaria. Segue, em anexo II - MAPA DE PESQUISA SALARIAL DE REFERÊNCIA PARA SERVIÇOS DE OPERAÇÃO DE INFRAESTRUTURA E ATENDIMENTO AO USUÁRIO (Alterado pela Portaria SGD/MGI nº 6.680, de 04 de outubro de 2024) fazem parte da Planilha Simplificada para Estimativa do Valor Mensal do Serviço. Cabe ainda lembrar que são valores de referência e não vinculantes, não podendo ter o fator K maior que 3.

A inexigibilidade no que se refere aos custos de execução contratual, a serem praticados no processo licitatório, indicado no Termo de Referência e no Edital, somente ocorrerá quando não observar os itens:

*8.1.4. Será desclassificada a proposta vencedora que desobedecer a seus subitens*

*8.1.5 - Somente serão consideradas inexequíveis as propostas que apresentarem valores inferiores a 50% do valor orçado pela Administração.*

*8.1.6. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, e seus subitens.*

O processo licitatório tem por objetivo contratar uma empresa de prestação de serviços dos tipos servicedesk / helpdesk. Quanto ao vínculo empregatício dos colaboradores cabe a empresa Contratada submeter-se a legislação do território Nacional.

Todas as peças necessárias para auxiliar as licitantes, colocando-as em igualdade licitatória, foram disponibilizadas no edital.

No que diz respeito a convenção coletiva, a Empresa está observando os normativos da CCT.

Em todos os documentos publicados pela licitante não há evidência de subcontratação e ou contratação de pessoa Jurídica – PJs, pois foi previsto no Termo de Referência a não possibilidade de subcontratação.

(...)”.

Sendo assim, quanto ao tópico, segue a análise cabível:

No que tange à temática em análise no momento, cumpre salientar que, considerando a natureza da avaliação, o aceite da proposta foi realizado após análise dos membros técnicos da Comissão de Licitação, os quais analisam a situação e embasam a decisão do pregoeiro.

Além disso, cabe salientar que a planilha no padrão (analítico), definida na Portaria SGD/MGO nº 1.070/2023 consta da documentação enviada tempestivamente pela Recorrida no arquivo com nome de “DFP – CODEVASF.pdf”, integrante do arquivo “PROPOSTA COMERCIAL – CODEVASF.zip”

Desta forma, resta claro que foram tomadas as devidas providências pelo pregoeiro, tanto no momento do aceite da proposta quanto na análise do presente recurso. Ademais, considerando a manifestação técnica apresentada, nada resta além de acatar o entendimento da equipe técnica de julgamento do certame, a qual considerou a proposta exequível, sem necessidade de novas diligências.

Sendo assim, considerando o relatado acima considera-se a alegação **IMPROCEDENTE**

## **CONCLUSÃO**

Diante do exposto e esgotados os aspectos alegados pela Recorrente, na análise do recurso impetrado pela empresa QUALIFICAR – GESTÃO TERCEIRIZADA DE SERVIÇOS CORPORATIVOS E TECNOLOGIA EIRELI, CNPJ nº 04.752.792/0001-01, foram considerados os seguintes aspectos:

I – Quanto à alegação de inconsistências referente a certificação relativa à cota de PCD's: considerado **IMPROCEDENTE**;

II – Quanto à alegação de inconsistências relativas a inexequibilidade dos salários – Portaria SGD/ME nº 6.432/21: considerado **IMPROCEDENTE**.

Sendo assim, dada a improcedência dos aspectos analisados, considera-se **IMPROCEDENTE** o recurso impetrado pela empresa QUALIFICAR – GESTÃO





Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

TERCEIRIZADA DE SERVIÇOS CORPORATIVOS E TECNOLOGIA EIRELI, CNPJ nº 04.752.792/0001-01, sendo mantida a decisão de aceite e habilitação da proposta da empresa CONNECTCOM TELEINFORMATICA COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ nº 00.308.141/0009-23, para o item 01 Edital 90052/2024.

Brasília/DF, 2024.

**Assinado Eletronicamente**  
**Marcos Vinicius Beton Amorim**  
Pregoeiro – Decisão 1917/2024